

**INFÂNCIAS REFUGIADAS: MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E IDENTIDADE
MIGRATÓRIA NO PATRIMÔNIO CULTURAL (VENEZUELA – BRASIL,
2015-2020)**

**REFUGEE CHILDHOODS: MEMORY, FORGETFULNESS, AND
MIGRATORY IDENTITY IN CULTURAL HERITAGE (VENEZUELA -
BRAZIL, 2015-2019)**

Janaina Cardoso de Melo¹

Resumo

O artigo objetiva analisar as tensões entre a memória e o esquecimento, o trauma e a valorização das heranças culturais que constituem elementos importantes para a formação identitária das crianças que compõem os refugiados venezuelanos no Brasil no período de 2015 a 2020. No estudo dos fluxos migratórios no Brasil foram acessados instrumentos quali-quantitativos da parceria entre Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública e Comitê Nacional para os Refugiados, gerando relatórios, cartografias e documentos estatísticos anuais, além de documentos da UNESCO e UNICEF. A metodologia, além da revisão bibliográfica, analisa imagens e falas de crianças venezuelanas refugiadas na perspectiva da Sociologia das Emoções em diálogo com a Educação Patrimonial, tendo como resultados as artes na continuidade histórica do pertencimento venezuelano.

Palavras-chave: Memória, Esquecimento, Educação Patrimonial, Refugiados, Infância.

Abstract

The article aims to analyze the tensions between memory and forgetting, trauma and the valorization of cultural heritages that constitute important elements for the identity formation of the children who make up the Venezuelan refugees in Brazil in the period from 2015 to 2020. In the study of migratory flows in Brazil, quali-quantitative instruments of the partnership between the Observatory of International Migrations were accessed; Ministry of Justice and Public Security and National Committee for Refugees,

¹ Pós-Doutoranda em Estudos Culturais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

generating reports, cartographies, and annual statistical documents, as well as documents from UNESCO and UNICEF. The methodology, in addition to the bibliographic review, analyzes images and speeches of Venezuelan refugee children from the perspective of the Sociology of Emotions in dialogue with Heritage Education, resulting in the arts in the historical continuity of Venezuelan belonging.

Keywords: Memory, Forgetfulness, Heritage Education, Refugees, Childhood.

Introdução

Ao longo da história conflitos políticos entre estados nacionais, contextos autoritários e/ou ditatoriais, atentados terroristas, guerras, crises econômicas e climáticas têm gerado crises humanitárias de imensas proporções obrigando várias pessoas ao abandono de suas casas, empregos, redes de sociabilidades e raízes culturais para buscar um recomeço em um outro território, com idioma, tradições e inserções muito distintas daquelas às quais estavam familiarizadas.

Os estudos dos fluxos migratórios no Brasil têm se consolidado nas últimas décadas com a incidência de mais instrumentos quali-quantitativos produzidos pela parceria entre Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública e Comitê Nacional para os Refugiados, gerando relatórios, cartografias e documentos estatísticos anuais, utilizados como fontes nesse trabalho.

O acompanhamento e análise dos dados levantados permite identificar além dos fluxos migratórios, origens e destinos, sobretudo, elaborar proposições de políticas públicas visando a integração socioeconômica e a salvaguarda das memórias relativas às identidades e patrimônios culturais principalmente das crianças que ingressam em um novo país e têm que lidar, dentre todas as adversidades, com o esquecimento e os traumas do desterro.

A pesquisa partiu das indagações: Quais os efeitos das migrações sobre as relações identitárias das crianças com seu passado cultural? De que modo no processo de formação da memória, que compreende da infância à adolescência, o esquecimento pode gerar invenções de tradições não vividas em sua terra natal? Quais os prejuízos para o patrimônio cultural venezuelano, a médio e longo prazo, com a evasão de parte significativa de sua população em idade infantil? Quais projetos referentes à salvaguarda

da memória do patrimônio cultural venezuelano podem ser desenvolvidos com as crianças refugiadas em território brasileiro?

As hipóteses no texto são: a) as migrações, principalmente de crianças, possuem efeito devastador nas continuidades do pertencimento cultural, uma vez que são muito pequenas e suas personalidades vivenciam um conflito maior na formação identitária; b) os esquecimentos atuam como instrumentos psicológicos para amenizar a dor da separação do lugar de origem, dos traumas e recriam novos contextos de alívio e afetividade no trato com a saudade e a continuidade possível, construindo memórias menos dolorosas e mais utópicas; c) são imensos os riscos para a Venezuela relacionados à perda de memórias, tradições e patrimônios culturais material e imaterial, em razão de conflitos políticos, decadência socioeconômica e grandes fluxos de êxodo demográfico, mormente dos mais novos, que são suportes do pertencimento no futuro; d) Fundamentados no afeto e nas artes visuais, projetos que invistam na relação cultura, lúdico e emocional têm mais chances de sucesso na salvaguarda da memória do patrimônio cultural venezuelano.

O artigo propõe como objetivo principal analisar as tensões entre memória e esquecimento, trauma e valorização das heranças culturais que constituem as heranças identitárias das crianças que compõem os refugiados venezuelanos no Brasil no período de 2015 a 2020.

Um conceito introdutório para pensar quem são, de onde provêm, em quais condições se encontram e por quais razões são forçados à mobilidade dos fluxos migratórios está presente na argumentação de Saadeh e Eguchi (2021) para quem:

Homens, mulheres e crianças, a cada instante, são obrigados a fugir do lugar onde residem habitualmente, com receio de perderem a própria vida, a segurança e a liberdade em razão de guerras, perseguições, discriminações, intolerâncias etc. Estas pessoas, vítimas de violação de direitos humanos, são os refugiados.

A primeira parte do século XX foi marcada por duas grandes guerras mundiais impulsionando grandes fluxos de mobilidade populacional do continente europeu para o continente americano. Estados Unidos da América (EUA), Canadá, Argentina, Chile, Uruguai, Peru e Brasil foram países receptores de europeus que construíram novas trajetórias de vida, memória e cultura em suas geografias.

Nas duas primeiras décadas do século XXI, contudo, observamos uma explosão de migrações da África e do Oriente Médio (questões territoriais), da Albânia (questões econômicas), do Afeganistão (questões religiosas e políticas) e Repúblicas da ex-

Iugoslávia (questões étnicas). E dentre as migrações dos povos africanos e asiáticos, 80% são mulheres e crianças (SAADEH; EGUCHI, 2021).

Em entrevista à revista “Ciência Hoje”, o geógrafo Heliom Póvoa Neto afirmou:

Desde a Segunda Guerra, quando foi criado pelas Nações Unidas o conceito de refugiado², este é o momento com mais refugiados. São mais de 60 milhões de deslocados à força no mundo, por guerras, conflitos etc. Essa crise tem a ver com conflito da Síria, do Afeganistão, da África (*apud* DAHER, 2020).

Comparado aos outros países da América do Sul, à exemplo da Colômbia e do Equador, em quantidade total e em termos relativos, considerando a demografia, a quantidade de estrangeiros no Brasil, somando imigrantes econômicos e refugiados, não perfaz 1% de sua população, ou seja, não contabiliza dois milhões de estrangeiros. A migração interna de brasileiros entre regiões e estados é mais expressiva. A emigração de brasileiros para o exterior é maior do que o quantitativo de estrangeiros no Brasil (PÓVOA NETO *apud* DAHER, 2020).

Todavia, nos últimos anos um grande volume de venezuelanos ingressou no território brasileiro, demandando ações de socorro emergencial no que diz respeito ao provimento de alimentação, cuidados de saúde, oferta de abrigo e regularização de documentos, além de um planejamento de políticas públicas para sua mobilidade interna e qualificação (incluindo aprendizado da língua portuguesa) para acesso a emprego e renda.

No Brasil, a Lei n. 9.474, de 22.7.1997, se constituiu como um Estatuto do refugiado, contém as seguintes prerrogativas:

Artigo 1º - Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - Não tendo nacionalidade e estando fora do país onde teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - Devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Artigo 2º - Os efeitos da condição dos refugiados serão extensivos ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar que do refugiado dependerem economicamente, desde que se encontrem em Território Nacional (*apud* SAADEH; EGUCHI, 2021).

² O conceito de refugiado criado no pós-II Guerra Mundial foi firmado na Convenção do Estatuto dos Refugiados de 1951, sendo considerada a Carta Magna ao estabelecer, em caráter universal, o conceito de refugiado bem como seus direitos e deveres; entretanto, definiu o termo “refugiado” de forma limitada temporal e geograficamente (em decorrência de episódios ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, na Europa). Em razão das limitações temporal e geográfica foi estabelecido, em 31 de janeiro de 1967, o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados para ampliar o alcance da definição de refugiado. Tais limitações foram suprimidas pelo artigo 1º, item II, do referido instrumento, cabendo a cada Estado-Parte formular ou não reservas (SAADEH; EGUCHI, 2021).

Temporalidade recente, as reportagens em veículos de comunicação *online* trazem falas, experiências, denúncias e imagens de quem busca um futuro melhor enfrentando as adversidades de ser estrangeiro em abrigos que se lhes oferta proteção, por outro lado, não consegue contemplar o desenvolvimento integral dos seres humanos que ali aguardam uma nova vida.

Compreendendo a identidade cultural e a salvaguarda de tradições e memórias como um direito humano, pretendeu-se refletir nesse escrito, com a devida acuidade, sobre as relações da infância em situação de refúgio em terras estrangeiras, assunto ainda incipiente nas pesquisas no campo da Educação Patrimonial.

O patrimônio cultural de uma localidade (seja um micro ou macro espaço, caracterizado por municípios, distritos, estados, regiões ou países) somente “será preservado se os membros da comunidade o reconhecerem como tal e se expressarem o sentido de pertencimento” (PELEGRINI, 2018, p. 90). Tanto os instrumentos legais de registro e proteção institucionais, quanto as pesquisas acadêmicas não são suficientes para garantir sua manutenção sem o envolvimento e compromisso da população que o imagina, o produz, o experimenta e o salvaguarda.

A relação das pessoas com a cultura e sua “patrimonialização” é alimentada não apenas pelo nascimento e convívio, mas pela afetividade de reconhecer o enraizamento naquele “território de culturas”, encontrar uma autorreferência de si, para que se possa valorizar e desejar sua preservação das intempéries do tempo. Assim, a Educação Patrimonial é importante para instrumentalizar as pessoas nos usos de seu passado no presente e como herança para o futuro.

Como ressaltaram Zarbato e Rodrigues (2022, p. 265) “ao se falar de patrimônio afetivo, é fundamental que o olhar seja voltado para a compreensão dos significados, simbolismos e representatividades movidas por determinados locais para a sua comunidade”. Assim, o diálogo do patrimônio cultural e da Educação Patrimonial pelo afeto imiscuindo artes visuais, memórias e saudade, insere-se no campo da Sociologia das Emoções, uma vez que

[...] as experiências emotivas perpassam a vida dos indivíduos, desde seus comportamentos na família, na escola, no trabalho ou até mesmo na política, e produzem, simultaneamente a essas experiências, “regras de sentimento” que podem ser definidas como normas de conduta padrão que devem ser seguidas em diferentes contextos sociais (HOCHSCHILD, 2003 *apud* MONTI, 2019, p. 26).

Teóricos da Sociologia têm se dedicado ao estudo da expressão dos sentimentos nos contextos sociais, frente ao duelo de forças entre racionalidades que beiram à insensibilidade e à desumanização e, por outro lado, a exacerbação afetiva transpassada por manipulações das emoções como forma de indução, opressão e dominação. Destarte, Illouz (2009 *apud* MONTI, 2019, p. 32) ressalta que

[...] as emoções são entidades carregadas de energia, que conferem “cor” a ação, entretanto, tal constatação apenas é possível ser realizada se se compreende as emoções menos como fatores individuais e psicológicos e mais como relações culturais e sociais que se interpenetram, “colorindo” as ações devido à uma série de estímulos culturais.

A cultura e as relações humanas com o patrimônio cultural através do afeto, dos sentimentos de pertencimento e saudade, entre memórias e esquecimentos, produzem ações e reações nos refugiados, principalmente nas crianças e se manifesta de forma contundente em seus desenhos. A expressão artística é um condutor de emoções e nesse caso, carregada de uma bagagem social.

O texto, além da parte introdutória e das considerações finais, apresenta-se estruturado em quatro itens: “*Venezuela e seu tenso contexto político-econômico*” com um breve relato político e socioeconômico do país, explicando os motivadores dos pedidos de asilo para imigrantes em outros países, principalmente no Brasil com a distribuição quantitativa por estado; em “*Lágrimas de saudade: relatos das crianças venezuelanas no Brasil*” as histórias pessoais de crianças e adolescentes de 5 a 16 anos são reportadas em suas apreensões, expectativas e busca por adaptação em um novo território, mas sem esquecer a geografia de origem personificada em desenhos e na “saudade” que manifestam; o subtítulo “*Memória e esquecimento na infância: como compartilhar heranças culturais do não vivido?*” traz conceitos sobre memória, rememorar, esquecimento e saudade e, por fim, “*Visões do amanhã sem perder os elos com o passado cultural*” aborda a questão das culturas, das tradições rememoradas, do patrimônio cultural e sua transmissão ao longo dos tempos.

Venezuela e seu tenso contexto político-econômico.

Localizada na costa norte da América do Sul, a Venezuela, cuja capital é a cidade de Caracas, compreende uma área territorial com 916.445 km². Suas fronteiras são delimitadas a norte com o Mar do Caribe, a oeste com a Colômbia, ao sul com o Brasil e

ao leste com a Guiana, com uma população estimada, no censo de 2015, em 31.703.499 habitantes (SILVA, 2023, p. 21).

Colonizada pela Espanha de 1522 a 1811, quando declarou sua independência, a Venezuela vivenciou ao longo do século XX até meados do século XX várias crises políticas autoritárias com a presença de “caudilhos” concentrando terras, riquezas e poder, além de reprimirem violentamente manifestações populares de contestação à ordem estabelecida (NEVES, 2010, p. 31-32).

A presidência do caudilho general Cipriano Castro, iniciada em 1899 através de um golpe militar, reflete essa realidade. Seu discurso de “restauração” da ordem e “renovação” não se expressou nas práticas de seu governo marcado por corrupção e repressão. O ano de 1902 foi marcado pela negação ao pagamento da dívida externa e por conflitos com os interesses da empresa New York and Bermudez Co. Tais ações provocaram a queda de Castro, em 1908, o rompimento de relações diplomáticas pelos EUA e a imposição de Juan Vicente Gómez para a presidência, visando reestabelecer os interesses estadunidenses no país (WASSERMAN, 1992, p.58).

Gómez cumpriu seu papel de subserviência aos interesses estadunidenses ao apoiar a expansão dos interesses daqueles na Venezuela, eliminando as liberdades públicas, fazendo uma revisão das negativas do governo deposto, e em 1913, executando um golpe para se sobrepor às eleições e se perpetuar no cargo. Essa disputa por poder no país se vincula à exploração do petróleo com os ingleses em 1878 e na pauta dos EUA desde 1917 (WASSERMAN, 1992, p.58).

Com as crescentes manifestações contra o governo, principalmente na década de 1930, reivindicando a libertação de presos políticos, com manifestações estudantis, greves operárias, formação de movimentos inspirados pelo socialismo e a fundação da “*Junta de Liberación de Venezuela*”, em Paris, em 1929, coadunavam-se com o declínio do modelo econômico de exportação de matérias primas (WASSERMAN, 1992, p.59-60).

Deve-se salientar a influência dos Estados Unidos na América Latina, buscando garantir seus interesses de controle político e econômico da região perpassa uma história de apoios em intervenções e conspirações que fomentaram várias ditaduras militares. Com as revoltas contra ditatoriais e o medo de estados insurreccionais, a partir da década de 1970, os EUA mudam seu posicionamento e passam a proclamar a necessidade de liberdade, democracia e garantias dos direitos individuais (GUAZZELLI, 1993, p.85).

A partir de 1958, governos democráticos buscaram sua consolidação no país, favorecidos pela bonança gerada pela alta do petróleo que acelerou o processo de urbanização, elevou salários e a qualidade de vida, contudo aumentando a dívida externa. Esse panorama de progresso e fortalecimento da burguesia viu seu colapso com a crise internacional do petróleo nos anos de 1980.

As décadas de 1980 e 1990 se transformaram em um caldeirão de pólvora com o insucesso das medidas econômicas, resultando em várias crises políticas, à exemplo dos motins de “*Caracazo*” de 1989, duas tentativas de golpe em 1992, e o *impeachment* do presidente Carlos Andrés Pérez por desvio de fundos públicos em 1993 (WASSERMAN, 2013).

Incompetência administrativa, corrupção e aumento da pauperização foram o estopim para que Hugo Chávez ganhasse força e confiança. Isso é explicado pelo rompimento dos pactos anteriores, pelas insatisfações com o declínio da qualidade de vida, as decepções nos partidos tradicionais e os medos coletivos. Assim, a população

[...] na busca de soluções, passa a acalentar certas valorizações não democráticas anteriormente contidas, como a justificação de golpes militares e a aclamação de líderes autoritários, pondo em perigo a continuidade da democracia ou, no melhor dos casos, convertendo-a em simples fachada (ALMAO, 2005, p. 131).

Cunhando o conceito de “Revolução Bolivariana” ao aprovar a nova constituição em 1999, Hugo Chávez assumiu poderes plenos sob o viés de uma “ditadura socialista”, respaldada nos privilégios concedidos às forças armadas que sustentaram sua permanência na presidência e de seu sucessor. Com a morte de Chávez em 2013, Nicolás Maduro assumiu a presidência após vencer um pleito eleitoral “sob suspeitas” de observadores externos (NEVES, 2010 p. 65; BARROS, LIMA, CARNEIRO, 2022).

A reeleição de Maduro, em maio de 2018, não foi reconhecida pela oposição e por grande parte da comunidade internacional, gerando protestos, repressões e novas tentativas de golpe. O país tem enfrentado uma crise socioeconômica e política grave, com hiperinflação, escassez de produtos básicos, alta criminalidade, censura da imprensa e proliferação da pandemia de Covid19 durante 2020 e 2021, com alta incidência de mortalidade (BARROS, LIMA, CARNEIRO, 2022).

Ao longo desse período de conturbadas relações diplomáticas entre Venezuela e EUA, embargos e ameaças, ausência de liberdades, carestia profunda, desemprego, decadência de serviços de saúde e educação, abismo socioeconômico, desvalorização monetária e violências de toda a sorte empurraram parte da população venezuelana para

fora de seu país, quer para a proteção de suas vidas, quer pela fome, doença e desespero em busca de um horizonte melhor para adultos e crianças.

Os números levantados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em conjunto com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) estimam em mais de 3 milhões o quantitativo de venezuelanos migrantes e refugiados no mundo. A América Latina e o Caribe têm sido o destino de aproximadamente 2,4 milhões, distribuídos da seguinte forma: mais de 1 milhão acolhidos na Colômbia, 500 mil no Peru, 220 mil no Equador, 130 mil na Argentina, 100 mil no Chile, 85 mil no Brasil e no Panamá concentram-se 94 mil (EGAS, 2018, p.32).

Entre 2015 e 2019 o Brasil recebeu 178 mil solicitações de refúgio e de residência temporária provenientes da Venezuela. Eram migrantes que ingressaram no território nacional pela fronteira norte do Brasil, no estado de Roraima, e se concentraram nos municípios de Pacaraima e Boa Vista, capital do Estado.

Para acolher parte dessa população, 11 abrigos oficiais foram criados em Boa Vista e dois em Pacaraima. Eles são administrados pelas Forças Armadas e pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). Mais de 6,3 mil pessoas, das quais **2,5 mil são crianças e adolescentes**, vivem nos locais. Estima-se que quase 32 mil venezuelanos morem em Boa Vista. Projeções das autoridades locais e agências humanitárias apontam que 1,5 mil venezuelanos estão em situação de rua na capital, entre eles, quase 500 têm menos de 18 anos de idade (UNICEF, 2019, grifo nosso).

Os dados do ACNUR revelam números ainda mais preocupantes, pois da população venezuelana no Brasil, estima-se que 9.583 sejam crianças em situação de vulnerabilidade e destas, 8.306 estejam em idade escolar (UNICEF, 2019).

Em reportagem feita para a BBC News Brasil, Nathalia Passarinho (2019), informa sobre diversos casos de crianças de 7 a 17 anos, desacompanhadas dos pais, que cruzam as fronteiras entre Venezuela e Brasil. Algumas, pela segunda vez, por viverem em situação de maus tratos, com hematomas pelo corpo, tentam de forma desesperada uma mudança de vida. Outras, são meninas de 13 a 16 anos que chegam acompanhadas de “supostos maridos” com diferenças discrepantes de idade, onde se percebe coação e medo. Muitas já grávidas dos homens mais velhos, são encaminhadas para abrigos para serem protegidas e receberem acompanhamento psicológico.

De acordo com Jacqueline Raffoul (2020, p.378) a definição de criança, em consonância com a legislação internacional se remete ao artigo 1º da Parte 1 da Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989) que “considera-se como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade

com a lei aplicável à criança, a maioria seja alcançada antes”. Na circunscrição nacional, o artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) considera criança “a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

Jacqueline Raffoul (2020, p.387) em sua pesquisa com famílias venezuelanas nos abrigos de Roraima relatou que apesar das necessidades básicas serem atendidas (vacinação na fronteira, alimentação diária nos abrigos e algumas aulas de língua portuguesa) o quadro geral é de indignidade para com os refugiados: mendicância, exploração do trabalho, desnutrição, dificuldade de acesso aos medicamentos, conflitos com brasileiros, prostituição pela falta de emprego, situações que afetam diretamente as crianças desse contexto.

Frente às denúncias de risco e descaso com situações de precariedade que exigiam medidas humanitárias, principalmente tratando-se de crianças e adolescentes saídos da Venezuela sem a presença dos pais, a Defensoria Pública da União, o Ministério da Cidadania, Conselho Tutelar, organizações da sociedade civil e agências internacionais foram acionadas.

Após decisão judicial interlocutória, proferida em 13 de Setembro de 2019 nos autos do processo de ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual em Roraima, foi determinada a interrupção nos serviços de recepção e acolhimento de adolescentes desacompanhados nos abrigos públicos estaduais, feminino e masculino, e instruída às estruturas da Operação Acolhida em Roraima o acolhimento temporário de crianças e adolescentes venezuelanos devido à superlotação dos abrigos estaduais (ACNUR, 2019).

O relatório da ACNUR com os dados de 2020, revela que as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil mantêm a Venezuela como o principal país de onde provêm 60,2% dos pedidos, seguida pelo Haiti com 22,9% e Cuba com 4,7% (SILVA *et ali*, 2021, p. 10). Destas solicitações, 5.880 buscavam contemplar menores de 15 anos e 4.307 abrangem a faixa etária de 15 a 24 anos (SILVA *et ali*, 2021, p.14).

Ressalte-se ainda que dentre os países de naturalidade das solicitações de refúgio (Haiti, Cuba, China, Angola, Bangladesh, Nigéria, Senegal, Colômbia, Síria e outros), a Venezuela é a que compreende o maior número de pedidos para menores de 15 anos (SILVA *et ali*, 2021, p. 15).

Os dados do “Atlas da Venezuela” (Quadro 1), elaborado pelo Núcleo de Estudos da População “Elza Berquó” (NEPO/UNICAMP), revelam que se no início dos anos 2000 havia um quantitativo menor de ingresso de venezuelanos no território brasileiro, entre

2019 e 2020 houve o adensamento dessa entrada. A Região Norte testemunhou a alteração de 22 registros para 34.819 confirmações de residência, a Região Sudeste viu a elevação de 117 residentes para 1.305, a Região Centro-Oeste ampliou seus números de 184 a 1.073, a Região Sul expandiu o quantitativo de 69 para 347 e a região com um menor índice, porém ainda assim, com aumento de residentes venezuelanos em situação de refúgio foi a Região Nordeste que viu seus registros crescerem de 11 para 92.

Quadro 1: Distribuição de Refugiados por residência nos estados e regiões (2000-2020)

UF de Residência	2000-2019	Dez./2019-jan./2020
Rondônia	0	182
Acre	1	3
Amazonas	10	7.979
Roraima	6	26.614
Pará	4	34
Amapá	0	3
Tocantins	1	4
Região Norte	22	34.819
Maranhão	0	5
Piauí	1	1
Ceará	3	42
Rio Grande do Norte	2	2
Paraíba	0	9
Pernambuco	1	8
Alagoas	0	0
Sergipe	0	3
Bahia	4	22
Região Nordeste	11	92
Minas Gerais	9	51
Espírito Santo	2	7
Rio de Janeiro	60	312
São Paulo	46	935
Região Sudeste	117	1.305
Paraná	49	230
Santa Catarina	9	82
Rio Grande do Sul	11	35

Região Sul	69	347
Mato Grosso do Sul	0	8
Mato Grosso	6	35
Distrito Federal	157	970
Goiás	21	60
Região Centro-Oeste	184	1.073
Indefinido	0	16
Total	403	37.652

Fonte: BAENINGER *et ali.*, 2020, p.34.

Essa distribuição geográfica no Brasil representa a escolha dos destinos percebidos com maior oferta de emprego e renda, quer no setor industrial como o Pará (26.614), Amazonas (7.979), São Paulo (935), Rio de Janeiro (312), Paraná (230), quer o Distrito Federal (970) enquanto capital político-administrativa, vista como um centro de decisões, oportunidades e possibilidade de agilizar a documentação.

O número de solicitações manteve-se em estado ascendente contínuo, após uma oscilação negativa verificada no ano de 2016. Em 2020, o total de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado reduziu-se drasticamente, devido ao contexto da pandemia de Covid-19, retornando a um total de 28.899 solicitações em um ano, volume inferior ao observado para o ano de 2017 (SILVA *et ali.*, 2021, p. 35).

Entretanto, a pandemia acirrou ainda mais os problemas de emprego e renda junto às populações mais pobres em todos os países, logo, esperava-se que com a estabilização das mortes, contágios e adoecimentos, o número de venezuelanos atravessando as fronteiras brasileira em busca de refúgio voltasse a aumentar.

Infelizmente, em sua maioria, governos e segmentos sociais mais abastados das sociedades, que concentram grande parte das riquezas de um país, não se solidarizaram com os sofrimentos dos mais vulneráveis.

Lágrimas de saudade: relatos das crianças venezuelanas no Brasil

Convidado para integrar o projeto “*La Jornada – A resiliência do povo venezuelano em busca de refúgio no Brasil*”, coordenado pela professora Rosana Baeninger da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o fotógrafo Chico Max não apenas produziu as imagens dos refugiados venezuelanos no Brasil, como

compartilhou as histórias dos sujeitos retratados e dentre essas chama a atenção as narrativas das famílias com crianças.

Assim, ganha visibilidade a história de Dr. Oswaldo que toca harpa em praças e bares em companhia de sua filha caçula de 12 anos que toca *cuatro* (um violão venezuelano de quatro cordas). Ele era juiz na Venezuela, mas suas decisões de ofício ao desagradarem os interesses políticos locais resultaram no assassinato de seu filho mais velho, com 24 anos, no incêndio de seu carro e ameaça de morte para ele e sua família. Solicitou asilo político ao Brasil, vindo para a cidade de Boa Vista, onde terminou trabalhando como auxiliar de mecânico em trabalho semiescravo. Agora sobrevive com a família do que consegue arrecadar ao compartilhar a musicalidade de sua terra natal, herança cultural transmitida de pai para filha e que sobrevive em terras brasileiras (MAX, 2018, p.14).

Já o relato de Maria Alexandra, uma imigrante venezuelana que veio para o Brasil com a filha e os netos, é transcrito por José Carlos Pereira e Miguel Ahumada (2018, p. 16-18) do Centro de Estudos Migratórios-Missão Paz. Maria Alexandra e sua família passaram fome, frio e dormiram na rua até cruzarem a fronteira e chegarem à Boa Vista. Nesta cidade a hostilidade dos brasileiros contra os imigrantes do país vizinho estava em um dos seus piores momentos e além de agressões verbais, havia confrontos físicos, havia medo. Desejosa por escapar de mais aquela situação difícil, trabalhou com a filha vendendo *cascalas* (*cascorão*) ou *torrejas* (tortilhas feitas com farinha de trigo, ovo e açúcar) e *arepas* nas ruas e mercados até que seus pés inchassem. Com os proventos do esforço conseguiu enviar a filha e os netos para a cidade de São Paulo, onde mais tarde com eles se reuniu na Casa do Migrante. Sua filha já estava trabalhando com carteira assinada e seus netos na escola. Maria Alexandre também conseguiu um trabalho cujo salário não é muito alto, mas lhe permite ajudar nas despesas. Da saudade da terra-mãe surgiu sua participação ativa no Programa de Rádio na *Web Radio Migrantes de la Misión Paz*, onde fala sobre cultura, arte e culinária na Venezuela. A cultura tradicional continua sendo transmitida aos outros migrantes venezuelanos.

A imagem 1, captada pelas lentes fotográficas de Chico Max, mostra crianças “sendo crianças”, em cima da grande árvore ou ao seu redor, fazendo pose, com sorrisos, caretas, braços abertos para abraçar o mundo e um destino melhor. Suas raízes, diferentemente da árvore na fotografia, são móveis, pois carregam-na dentro de si nos processos de mobilidade aos quais são impelidas pela necessidade de sobrevivência.

Imagem 1 – Crianças Venezuelanas nas imagens da Exposição “La Jornada – Imigrantes da Venezuela em Roraima” (Observatório das Migrações de São Paulo/NEPO-UNICAMP)



Fonte: Fotografia Chico Max, 2019 In BAENINGER *et ali.*, 2020, p.16.

Tão pequenas e já muito conscientes dos percalços vivenciados. Seus relatos são um misto de demandas com desabafo de tristeza, saudade, dificuldades e alguma esperança.

Diego Hernández, de 10 anos, está com a mãe no abrigo BV8, mantido pela Operação Acolhida, em Boa Vista. Muito consciente, ele expressa suas necessidades de forma coletiva “Queremos chinelos e roupas para sermos crianças limpas. Quando as crianças não têm roupa, elas se sentem tristes” (CIEGLINSKI, 2019).

Sophia Valentina Curapiaca, 5 anos, está com a mãe e os irmãos em Pacaraima, esperando para reunirem-se todos com seu pai que já está em São Paulo. A menina gosta de jogar *pelota* (bola) e desenhar, mas afirma com tristeza: “Aqui não tenho amigos, meus amigos ficaram na Venezuela. Mas brinco com meus irmãos” (CIEGLINSKI, 2019).

Juan Carlo, de 12 anos, que veio com a família da Venezuela e hoje vivem em Boa Vista (RR) assegurou “Eu gosto do Brasil e quero seguir uma vida nova com a minha família, mas também tenho saudade da Venezuela. O idioma é muito diferente. E aqui no Brasil as mangas também são diferentes. Na Venezuela são mais doces e saborosas” (REDAÇÃO, 2021).

O venezuelano Yubriedy, de 7 anos, que hoje vive em Boa Vista, Roraima, relatou “Minha mamãe estava aqui e eu tinha saudades dela. Vim de ônibus e caminhei muito na

‘trocha’, o caminho ilegal. Depois pegamos outro ônibus. Foi muito longe” (REDAÇÃO, 2021).

Juan chegou pela segunda vez ao Brasil, em 2018, sozinho, no Centro de Triagem do Ministério do Desenvolvimento Social, em Pacaraima. Estava cansado, com fome, com machucados pelo corpo. Da primeira vez conta que o devolveram ao Conselho Tutelar da Venezuela e este para seus pais com quem vivia pelas ruas em Santa Elena de Uiarén, sob maus tratos e escassez de alimentos. “Me negavam comida” disse. Agora está em um abrigo, sob os cuidados da legislação brasileira (PASSARINHO, 2019).

Mariana, com 16 anos, chegou grávida, assustada, silenciosa, na companhia do “suposto marido” José, de 34 anos. Com histórias cheias de lacunas e sem vínculo afetivo, onde só o homem falava, a menina foi encaminhada o Conselho Tutelar de Pacaraima, para que fosse acolhida num abrigo de menores (PASSARINHO, 2019).

Nas paredes escritório dos defensores públicos que atendem aos venezuelanos que pedem refúgio no Brasil estão dezenas de desenhos feitos pelas crianças, expressando sonhos, desejos, saudades.

Para além da pedra e cal, do tangível, o patrimônio cultural sobrevive nas pessoas que são sensibilizadas por suas materialidades e intangibilidades. As memórias que constituem ao longo de suas vidas estão permeadas de histórias e referências culturais, desde o modo de fazer um prato de comida tradicional até os sentimentos que a estatuária de uma praça consegue evocar nas pessoas.

O modo como as relações sociais, inter cruzadas pelas questões políticas e econômicas, impactam as emoções incidindo na atribuição de valor e significado à realidade e à construção identitária cultural de crianças e adolescentes não separa a experiência do desterro, dos conflitos entre memória e esquecimento, do refúgio em um novo país, das rememorações e ressignificações culturais, uma vez que a relação com o patrimônio cultural material e imaterial é subjetiva. Estes se constituem em referências predominantemente a partir das operações afetivas e não da racionalidade cognitiva (KOURY, 2004).

Ao pensar em uma pedagogia dos afetos e da saudade, a forma como remontamos ao passado não é primeiramente historiográfica, mas subjetiva, mediada por nossas experiências, por nossa imaginação, pelos tons dados ao já experimentado no comparativo com o tempo presente.

Narrativas que exercem a função de construir um passado para os que vivem no presente, preenchendo assim uma necessidade humana de orientação, de

localização no tempo, narrativas fundamentais para a construção das identidades individuais ou coletivas, circulam por todo o social e exercem funções pedagógicas tão importantes quanto as daquelas narrativas que circulam no espaço escolar (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013, p. 150).

Os fragmentos de memórias individuais e coletivas, o rearranjo de versões, as emoções, tudo nos atravessa, tudo é parte de quem fomos, de quem somos e de quem nos tornamos, pois somos seres históricos. Desse modo, “a história nos afeta de dada maneira singular e, por isso mesmo, nos constitui como singularidades” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013, p. 151-152).

Se a proteção do patrimônio edificado e as manifestações imateriais são temas de empenho nacional em sua proteção, conservação e restauração; as vidas humanas que portam os sentidos desse patrimônio também requerem todos os cuidados que lhes permitam assegurar a continuidade de si, de seus filhos, filhas, netos e netas, bem como da cultura que com eles se mantêm e se transforma com o passar do tempo.

Não se trata de assumir a cultura de outro povo, estando em situação de migração, mas sim de coadunar suas experiências na manutenção de suas origens ao mesmo tempo que se integra aos novos paradigmas das sociedades que os acolhem.

Imagem 2 – Desenhos das crianças venezuelanas refugiadas em Roraima.



Fonte: PASSARINHO, 2019.

Nos desenhos das crianças refugiadas em Roraima (imagem 2) há junção das bandeiras do Brasil com a Venezuela, casas, pessoas queridas (alguns familiares) que ficaram para trás, corações, dentre outras manifestações que buscam proteção, segurança, afeto, sem esquecer de onde vieram, de suas raízes, da Venezuela “tão perto e tão distante” ao alcance da saudade que aperta no peito.

A palavra “saudade” não é uma singularidade da língua portuguesa, pois deriva do latim *solitas*, *solitatis* e existe em outras línguas românicas. Em espanhol há o cognato

soledad, mas mesmo cognatos não funcionam tão bem como sinônimos em línguas distintas. Isso porque a palavra *saudade* é muito mais específica, contrariando *anhelo* em espanhol ou *missing* em inglês, por exemplo, que são termos muito mais abrangentes, se aproximando mais do “sinto falta de” do que da conotação sentimental da palavra portuguesa. Dos significados da palavra *saudade* resultam: “desejo de um bem do qual se está privado”; “lembrança nostálgica e, ao mesmo tempo, suave, de pessoas ou coisas distantes ou extintas, acompanhada do desejo de tornar a vê-las ou possuí-las”. Na gramática portuguesa *saudade* é substantivo abstrato. Mas é essencialmente uma característica cultural dos falantes da língua portuguesa. As línguas narram de forma diferente a realidade e os sentimentos, que também podem não ser os mesmos nos diversos povos. Cada povo vê os fenômenos do mundo da mesma forma que os outros, mas os “interpreta” de modo diferente, segundo as estruturas de sua cultura, ou seja, a visão de mundo na qual a sua cultura e língua se imiscuem e se refletem, tanto no aspecto semântico quanto no gramatical (LESSA, 2014).

Para o historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior (2013, p. 156) a *saudade*

“[...] implica a elaboração de uma linguagem que a expresse, implica a escolha, a eleição de gestos, de enunciados, de mímicas, de performances, de imagens, de ações e reações que lhe deem materialidade, realidade e espessura social e histórica”.

Posto que o “ser saudoso” se relaciona com o passar do tempo, o passado e o presente de uma forma peculiar, com o sofrimento da melancolia, da ausência, de tristeza da perda, do desaparecimento, do luto, do distanciamento, da ruína, porém buscando alicerçar-se em lembranças positivas, de idealizações reais ou construídas para que possa seguir em direção ao futuro.

Esse processo de desterritorialização subjetiva, essa experiência de desarraigo, de perda de seu lugar existencial, de seu lar, de territórios construídos vivencialmente vai produzir uma idealização desses espaços e desse tempo que antecedem ao que seria visto como queda, que serão guardados na memória como fragmentos de espaços-tempos de bonança e felicidade, e que reaparecerão como reminiscências e lembranças em toda sua produção poética, marcada pelas dores e tristezas que passou a vivenciar no seu presente (Albuquerque Junior, 2013, p. 160).

Por isso falar de desterro é falar de *saudade*, de memórias e de esquecimentos. E tratar do patrimônio cultural que ficou para trás, mas continua na imaginação, nas lembranças de músicas, comidas, lugares, narrativas, jogos e brincadeiras, pessoas, modos de ser e de fazer, opera nesse intercâmbio entre o cognitivo e o afetivo.

Conforme afirmou o sociólogo Emerson Silveira (2009, p. 24-25), os sentidos do olfato, da visão, do paladar, da audição, do tato são mediados pela memória, conduzidos pela emoção e organizados pelas sociedades. Eventos significativos para os indivíduos são registrados pelos sentidos, reconstituindo e instituindo suas temporalidades. A memória é o vetor de rememoração estando, portanto, visceralmente relacionada à emoção.

Memória e esquecimento na infância: como compartilhar heranças culturais do não vivido?

[...] el pasado no es estático, pasivo, inmóvil, ni mucho menos está muerto, se lo hace existir y se lo produce por la vía del recuerdo y de la interpretación (MERLIN, 2018, p.103)

O trabalho do historiador muitas vezes se cruza com o trabalho do psicólogo no ofício de fazer lembrar tanto do que se gosta, quanto do que se deseja esquecer. Sob esse aspecto, o historiador britânico Peter Burke (2005) e o psicólogo, nascido na República Tcheca, Sigmund Freud (1984) parecem convergir em suas opiniões sobre o passado, pois a rememoração e a reescrita histórica se tornam imprescindíveis para lidar até mesmo com os traumas mais profundos.

As migrações dos refugiados, feitas sob pressão de diversas naturezas, não envolvendo necessariamente uma escolha, um “desejo de viajar e conhecer outros países e povos”, mas sim se configurando como uma “violência simbólica” ao psicológico e à própria trajetória dos indivíduos na escrita de suas histórias pessoais e coletivas não é um passado fácil de se lidar, principalmente quando se enraíza no presente.

Paul Ricouer (2015, p. 149) propôs que tratássemos a relação entre a memória e a história de forma circular, não linear, e assim a memória apareceria duas vezes: 1º) como matriz da história, no ponto de vista da escrita da história e 2º) como canal da reapropriação do passado histórico, como nos é narrado pelos relatos históricos.

Com as crianças esse processo mais elaborado requer uma base inicial de formulação cognitiva, emocional e neurológica. A memória é relacional ao vivido, aos contatos humanos, às sensibilidades. Por isso os sentidos (visão, tato, audição, olfato e paladar) evocam rememorações mais remotas. Pois, o percurso de vida é marcado pela sensorialidade: as memórias de têm as cores de um jardim, o gosto de um bolo, o aroma de um café coado, a sensação da brisa do mar tocando a face, a sonoridade de um dedilhado no violão. Tudo isso se vincula a pessoas e sentimentos.

Para Ricoeur (2015, p. 149) a memória do passado se apresenta em três eixos paradoxais: “a presença, a ausência, a anterioridade. Para o dizer de outra forma, a imagem-recordação está presente no espírito como alguma coisa que já não está lá, mas esteve”. A infância refugiada venezuelana no Brasil tem consciência dessa anterioridade, há uma reminiscência do que era e não existe mais.

É nessa intrincada relação entre a vida e a cultura que o patrimônio e a identidade são reelaborados no intangível, como imaginação e como ação. Isso porque o patrimônio é uma categoria de mediação simbólica entre os seres humanos e suas crenças, entre ancestralidades e descendências, ultrapassando a representação de ideias e valores para atuar na formação das pessoas desde a mais tenra idade (GONÇALVES, 2009, p.31).

Pesquisas de especialistas afirmam que as funções cognitivas mais particularizadas como atenção, **memória**, planejamento, raciocínio e juízo crítico iniciam seu desenvolvimento na primeira infância através do controle de impulsos, da capacidade de redirecionar atenção e de lembrar de regras. Os circuitos cerebrais responsáveis por essas funções serão refinados durante adolescência até a maioridade, mas as conexões fundamentais começam a se estabelecer nos primeiros anos de vida (COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA, 2014, p.5).

[...] a construção dos circuitos cerebrais é altamente influenciada pelas experiências no início da vida, diretamente mediadas pela qualidade das relações socioafetivas, principalmente pelas interações da criança com seus cuidadores. A aquisição de competências mais complexas no futuro depende de circuitos mais fundamentais que surgem nos primeiros meses e anos de vida. Isso é válido para as diferentes dimensões ligadas às funções cerebrais, sejam elas perceptuais, cognitivas ou emocionais (COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA, 2014, p.5).

Cabe então refletir sobre os primeiros anos de vidas de muitas das crianças venezuelanas refugiadas, em sua vida inicial de escassez, na dolorosa jornada para um país estranho (com paisagens, sabores, sons, cheiros e texturas muito diferenciadas), habitando abrigos que, por mais cuidados que possam lhes fornecer, não se constituem como o lar que almejam. Casas desenhadas nas folhas coladas nas paredes do escritório da defensoria, casas que deixaram se existir na Venezuela, mas ainda não são realidades tangíveis no Brasil.

O processo de esquecimento produz o deixar de existir, enquanto a lembrança carrega o potencial da existência. Somos quem somos por causa daquilo de que nos lembramos; é isso que nos confere identidade e que permite o nosso reconhecimento por um outro (FERNANDES; PARK, 2006, p.40).

Quais as lembranças dessas crianças? Os esquecimentos ou o que se deseja esquecer (a fome, o frio, a violência, o abandono, a tristeza, a saudade) surge em seus olhos, em suas falas, em suas lágrimas. Como agir quando as lembranças que carregam se misturam ao que devem esquecer para seguir em frente? O esquecimento do passado traumático integra suas histórias de vida e aprender a lidar com ele representa também uma cura. Forçar um esquecimento público que se torne um pesadelo (dor e terror) a invadir a intimidade das noites de sono não se configura como um “passado morto e enterrado”, mas como uma angústia que se manifesta repetidamente (MERLIN, 2018, p.106-108).

Esse duelo entre a memória e o esquecimento pode gerar um estresse prolongado nessas crianças, conduzindo-as à uma fase adulta aprisionada em ressentimentos e frustrações, crispadas por uma melancolia profunda do que perderam ou até mesmo do que nunca tiveram em seu país de origem. A saudade que paralisa, que impede o amor, o sorriso, a satisfação com a vida presente. Por outro lado, ao falar, recordar, colocar-se frente a frente ao espelho de si, de suas memórias para com elas criar, inventar (sublimar), simbolizar e assim superar (MERLIN, 2018, p. 110).

Imagem 3 – Desenho de uma criança refugiada venezuelana em Roraima



Fonte: PASSARINHO, 2019.

A infância refugiada da Venezuela não caminhará para a “descoberta” de sua identidade forjando uma “identidade brasileira”, todavia, não serão estas crianças

somente “venezuelanas”. Sua identidade será tão híbrida quanto mostram os seus desenhos (imagem 3) com esse “ser repartido” entre duas nações, ostentando na camiseta as metades das bandeiras da Venezuela e do Brasil, sem um rosto humanizado, com um único olho que tudo vê e chora, mas também vê o sol do lado brasileiro, ou seja, a possibilidade de um recomeço.

Essa resignificação das memórias não se dá apenas no plano individual, mas sim se constrói ativamente no grupo de convívio. Pois, “a memória coletiva faz emergir um amor que se faz público” (MERLIN, 2018, p.114).

De acordo com Duarte (2009, p.306) “a memória coletiva é a memória da sociedade, da totalidade significativa em que se inscrevem e transcorrem as micro memórias pessoais, elos de uma cadeia maior”.

É nessa hibridez de sentido que o percurso da Educação Patrimonial deve se desdobrar, não como algo a ser ensinado, mas algo a ser vivido, debatido, compartilhado, reinterpretado à luz das distintas experiências coletivas. Enfrentando as tensões dolorosas para reviver a Venezuela dos ancestrais em seu diálogo com as tradições culturais brasileiras em suas aproximações e distâncias.

Visões do amanhã sem perder os elos com o passado cultural

Passado, presente e futuro se interconectam sempre e tornam-se relativizados em razão dos diferentes referenciais que são tomados (FERNANDES; PARK, 2006, p. 41).

O conceito de “patrimônio imaterial” surge para apoiar a preservação das manifestações culturais, tradicionais e populares, das criações coletivas que emanam de uma comunidade, fundadas na tradição. Sendo estas transmitidas pela oralidade e gestualidade, transformadas conforme o dinamismo do tempo em um processo de recriação coletiva. Nesse conjunto estão as linguagens, tradições orais, costumes, música, dança, ritos, festivais, medicina tradicional, artes, artesanatos e arquiteturas tradicionais (UNESCO, 2006).

Esse instrumento teórico de salvaguarda aliado às diversas práticas junto às comunidades rurais, aos povos originários e de ancestralidades africanas, evocando seu protagonismo na valorização de seu patrimônio cultural, revela o fio condutor na proteção das tradições culturais venezuelanas no Brasil na figura de seus refugiados.

Assim, o programa de Rádio na *Web Radio Migrantes de la Misión Paz*, que compartilha a fala de Maria Alexandra sobre cultura, arte e culinária na Venezuela inicia

um dos trançados nessa tecitura de memórias, esquecimentos e identidades culturais hibridizadas.

A realização de *podcasts* com adultos e crianças, inspirados na arte *griot* de contar a história das ancestralidades dos povos às novas gerações pode articular tecnologias modernas às práticas tradicionais nos abrigos de refugiados venezuelanos.

As crianças devem escutar sobre os “Diabos Dançantes de Corpus Christi da Venezuela”, que entraram na lista de Patrimônios da Humanidade da Unesco em 2012. Pois nessa festa religiosa colorida e animada, com raízes espanholas, indígenas e africanas realizada em várias comunidades venezuelanas, simbolizando o triunfo do bem sobre o mal, acalenta-se as esperanças e sonhos dessa infância refugiada (LUSA, 2012).

O cultivo de hortas, onde a terra e o conhecimento das plantas e ervas sejam transmitidos para crianças e adolescentes, mantêm a conexão com o solo, as raízes e a natureza, tão próprias das comunidades andinas em sua relação com a *PachaMama*³. No decorrer deste aprendizado, pode-se abordar a tradição da Palma Bendita na Venezuela, candidata sob avaliação da Comissão da Unesco, em 2019, para integrar a lista de Patrimônio da Humanidade. Essa tradição que conecta os seres humanos com o meio ambiente e a religiosidade,

Consiste em recolher folhas de várias espécies de palmeiras numa zona montanhosa delimitada. Nos dias que antecedem a Semana Santa, os coletores, chamados *palmeros*, assistem primeiro a uma cerimônia religiosa para receber uma bênção e depois sobem à montanha, onde passarão várias noites, parando em determinados lugares como se estivessem percorrendo o roteiro de uma Via Sacra. Ao mesmo tempo, narram e ouvem histórias, consertam caminhos, cortam folhas de palmeira, podam árvores e plantam novas. Os *palmeros* descem das montanhas as folhas colhidas na véspera do Domingo de Ramos e as distribuem entre as diferentes comunidades para que sejam abençoadas naquele dia especial (TROUDI, 2020).

Ensaia-se um outro ponto de agulha e linha nessa colcha de retalhos de uma Educação Patrimonial desenvolvida no cotidiano, não em uma modelo disciplinar, mas como uma experiência de reequilíbrio de forças, onde os mais velhos reassumem seu poder de guardiões da riqueza cultural de seus antepassados e as crianças dividem com eles o poder que possuem de serem os perpetuadores daqueles ensinamentos.

Oficinas de arte, desenho e expressão com as crianças refugiadas venezuelanas nos abrigos são fundamentais, tanto para liberar os seus sentimentos, aliviando suas emoções, quanto para o favorecimento dos talentos próprios de cada um.

³ Divindade ligada à terra e fertilidade dela, *PachaMama* representa o sentido da vida, o nascimento, a maternidade e a proteção da Terra e de seus filhos que nela habitam (OLAMA, 2021).

O uso de recursos teatrais, quer usando marionetes, quer com atuações cênicas; a musicalidade com instrumentos, cantos e a dança complementam esse ambiente tão caro aos brasileiros e aos venezuelanos. Ambiência propícia para não deixar os pequenos esquecerem do “*Carnaval de El Callao*”, realizado nos meses de janeiro a março de cada ano, onde milhares de pessoas desfilam ao som do calipso, um ritmo das Antilhas. A festa foi declarada Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela Unesco em 2016 (AFP, 2016).

Além da língua portuguesa, as oficinas devem também incentivar o uso do idioma espanhol. Ao serem estimuladas a manter um bilinguismo, não se desfazem de mais um elo com sua cultura de origem, uma vez que o idioma é uma parte importante de sua identidade *castellana*.

Para além do sofrimento, há um país rico em cultura e subjetividades de um povo diverso e feliz que não pode ser esquecido. Pois, esse retrato precisa estar no álbum das memórias infantis. Se os momentos bons do passado não são imutáveis, também as adversidades não serão.

O esforço de salvaguarda das memórias do patrimônio cultural imaterial venezuelano e sua herança para as infâncias refugiadas de Norte à Sul do Brasil não pode ser realizado apenas na premissa da educação formal, com decisões institucionais. É fundamental que existam negociações entre adultos e agentes culturais, e que o diálogo e os poderes decisórios dos venezuelanos sejam respeitados pelo poder público brasileiro.

Os grupos, as comunidades e segmentos sociais interessados nos processos de salvaguarda e ensino dos fatos culturais venezuelanos, ao incluir os nacionais da Venezuela e do Brasil, precisam buscar superar as tensões na promoção da dignidade humana e da formação integral da melhor qualidade de vida das crianças.

Culturas impostas são “invenções de tradições” que usualmente caem por terra. As infâncias refugiadas venezuelanas merecem uma vida com liberdade, autonomia e protagonismo na ressignificação de suas experiências. A cultura deve ser uma ponte entre venezuelanos e brasileiros, jamais um muro.

Considerações Finais

Iniciar um percurso de desterro por não encontrar em seu próprio país alternativas para a fome, a miséria, o desemprego, a carência de tratamentos de saúde e medicamentos, a ausência de moradia e a violência política que persegue e assassina se constitui em um

grande trauma para aqueles que terão que lidar com as tensões entre memória e esquecimento por toda a vida.

Esse destino de fuga para resguardar a vida, se por um lado liberta os refugiados daquelas circunstâncias passadas, também custa a lhes ofertar a liberdade com dignidade no presente já em um novo território.

A dificuldade de integração em razão do idioma distinto, da falta de emprego, do preconceito dos nativos, da precariedade dos recursos de acolhimento, das incertezas quanto ao futuro faz com que as vidas refugiadas, principalmente das crianças, se tornem um recorrente pesadelo.

A mudança desse contexto é urgente e necessária para que os Direitos Humanos dos refugiados venezuelanos no Brasil sejam atendidos e suas crianças protegidas e promovidas a terem um presente e um futuro melhores.

Até março de 2019, em Roraima, 3,2 mil meninos e meninas foram integrados às atividades de educação em emergência em 10 Espaços de Aprendizagem. Ainda, 645 crianças menores de 5 anos participaram de atividades de desenvolvimento da primeira infância. Houve a capacitação de 97 professores para atuar nesses locais, sendo 74 venezuelanos (destes, 21 deles são povos originários) e 23 brasileiros (UNICEF, 2019).

A questão venezuelana deve sensibilizar todo o território brasileiro para que oportunidades de emprego e geração de renda, aliadas à escolarização e promoção cultural sejam ofertadas para que dentro do Brasil exista liberdade plena para escolher seu local de residência por gosto e vontade.

O patrimônio cultural venezuelano é parte significativa das raízes de adultos e crianças em refúgio no Brasil. A Educação deve levar em consideração os benefícios da cultura na oferta de uma qualidade de vida mais ampla aos venezuelanos.

Os desenhos evocam as memórias e identidades, expressam emoções como a saudade da Venezuela perdida e criam narrativas de esperança, de retorno ou de replantio daquela cultura no novo território de acolhimento. A rememoração do patrimônio cultural se imiscui nessa relação de subjetividade que torna possível o pertencimento das crianças refugiadas.

Trata-se de garantir o pão, a água, a pesca, mas ainda, a música, a dança, a arte, em suas cores, sabores e toda a sorte de alegrias que puderem proporcionar às infâncias que precisam viver como crianças, entre cantos e encantos.

Referências

ACNUR - ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. Sobre a proteção de crianças e adolescentes refugiados e migrantes da Venezuela no Brasil. *ACNUR* (site). 11 dez. 2019. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/2019/12/11/sobre-a-protecao-de-criancas-e-adolescentes-venezuelanos-no-brasil/>. Acesso em 20 set. 2021.

AFP - AGENCE FRANCE-PRESSE. Carnaval de El Callao da Venezuela é Patrimônio Imaterial da Humanidade. *GZH Mundo*. 01 dez. 2016. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2016/12/carnaval-de-el-callao-da-venezuela-e-patrimonio-imaterial-da-humanidade-8569658.html>. Acesso em: 26 dez. 2021.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Pedagogias da saudade: a formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas. A vida e o trabalho do poeta e professor português António Corrêa d'Oliveira. *Revista História Hoje*, v. 2, nº 4, p. 149-174, 2013.

ALMAO, Valia Pereira. A consistência democrática na Venezuela em tempos de mudança política. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. XI, nº 1, p. 128-146, mar., 2005.

BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, Joice (coord.). *Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – Migrações Venezuelanas*. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2020.

BARROS, Pedro Silva; LIMA, Raphael Camargo; CARNEIRO, Helitton Christoffer. *Brasil-Venezuela: Evolução das Relações Bilaterais e implicações da crise Venezuelana para a inserção regional brasileira (1999-2021)*. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2022.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CIEGLINSKI, Amanda. Infância refugiada: 10 mil crianças venezuelanas já entraram no Brasil. *Agência Brasil*. 12 out. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-10/infancia-refugiada-10-mil-criancas-venezuelanas-ja-entraram-no>. Acesso em 18 nov. 2021.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem. *Estudo nº 1*, São Paulo, p.1-16, jan. 2014.

DAHER, Valquiria. A saga dos refugiados na América Latina. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, nº 362, jan.-fev., 2020. Entrevista com Helion Póvoa Neto. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/a-saga-dos-refugiados-na-america-latina/>. Acesso em 20 dez. 2021.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. “Memória e reflexividade na cultura ocidental”. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 301-316.

EGAS, José. A solidariedade com os refugiados começa com todos nós. In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jaroshinski (coord.). *Migrações Venezuelanas*. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2018.

FERNANDES, Renata S.; PARK, Margareth B. Lembrar-esquecer: trabalhando com as memórias infantis. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 26, n. 68, p. 39-59, jan.-abr., 2006.

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir y reelaborar. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*, vol. XII. José L. Etcheverry (trad.). Buenos Aires: Amorrortu, 1986, p. 149-157.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.23-33.

GUAZZELLO, Cesar Barcellos. *História Contemporânea da América Latina: 1960-1990*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Introdução à Sociologia das Emoções*. João Pessoa: Manufatura/ GREM, 2004.

LESSA, Luísa Galvão. O mito da palavra saudade. *A Gazeta do Acre*. Rio Branco, 28 maio. 2014. Disponível em: <https://agazetadoacre.com/2014/05/artigos/luisa-lessa/o-mito-da-palavra-saudade/> .Acesso em 10 dez. 2021.

LUSA. Unesco declarou os Diabos Dançantes da Venezuela como Patrimônio Imaterial da Humanidade. *RTP Notícias*. 7 dez. 2012. Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/cultura/unesco-declarou-os-diabos-dancantes-da-venezuela-como-patrimonio-imaterial-da-humanidade_n609654 .Acesso em 15 nov. 2021.

MAX, Chico. La Jornada. In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jaroshinski (coord.). *Migrações Venezuelanas*. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2018.

MELIN, Nora. Trauma y memoria. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 34, n. 70, p. 101-116, jul.-ago., 2018.

NEVES, Rômulo Figueira. *Cultura política e elementos de análise da política venezuelana*. Brasília: FUNAG, 2010.

OLMA - Observatório de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida. *PachaMama: a Mãe Terra da cultura andina*. Disponível em: <https://encurtador.com.br/gyKTW>. Acesso em 20 dez. 2021.

PASSARINHO, Nathalia. O drama de Juan e das centenas de crianças venezuelanas que cruzam sozinhas a fronteira com o Brasil. *BBC News Brasil*. 9 set. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49566807> .Acesso em: 15 nov. 2021.

PELEGRINI, Sandra. Memórias e identidades: a patrimonialização e os usos do passado. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 87-115, dez. 2018.

PEREIRA, José Carlos; Ahumada, Miguel. Maria Alessandra, uma mujer inmigrante venezolana. In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jaroshinski (coord.). *Migrações Venezuelanas*. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2018.

RAFFOUL, Jacqueline. A (in)observância dos direitos das crianças refugiadas venezuelanas em Roraima. *Brazilian Journal of International Relations*, Marília, vol.9, n.2, p. 374-404, maio.-ago., 2020.

REDAÇÃO. Crianças refugiadas discutem no Radinho BdF o direito de migrar. *Rádio Brasil de Fato*. 23 jun. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/23/criancas-refugiadas-discutem-o-direito-de-migrar-no-radinho-bdf> . Acesso em 22 dez. 2021.

RICOEUR, Paul. Memory, History, Oblivion. In: KEARNEY, Richard; TREATOR, Brian (ed.) *Carnal Hermeneutics*; New York: Fordham University Press, 2015, p. 148–156.

SAADEH, Cyro; EGUCHI, Mônica Mayumi. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados - Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados. *PGE* – Centro de Estudos, São Paulo, s/d. Disponível em: <https://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado12.htm> .Acesso em 22 dez. 2021.

SILVA, G. J; Cavalcanti, L; Oliveira, T; Costa, L. F. L; Macedo, M. *Refúgio em Números*. 6ª Edição. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

SILVA, Rubens Alves da. *Da Venezuela para Dourados-MS*. A busca de um lugar e a produção de geografias. Dissertação em Geografia. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.

SILVEIRA, Emerson José Sena da. Sociologia das emoções: o sentimento como fenômeno resultante de processos sociais. *Revista Sociologia Ciência & Vida*, São Paulo, ano III, número 23, p.18-27, 2009.

TROUDI, Haiman El. Palma bendita, tradición centenária. *Lo Afirmativo Venezolano*, Caracas, 5 abr. 2020. Disponível em: <https://haimaneltroudi.com/palma-bendita-tradicion-centenaria/> . Acesso em 15 nov. 2021.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Brasília: UNESCO, 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>. Acesso em 15 nov. 2021.

UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. Crise migratória venezuelana no Brasil. O trabalho do UNICEF para garantir os direitos das crianças

venezuelanas migrantes. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil> .Acesso em 15 nov. 2021.

WASSERMAN, Claudia. *História Contemporânea da América Latina: 1900-1930*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.

WASSERMAN, Claudia. História, Mito e Política na América Latina. *Boletim do Tempo Presente*, Aracaju, n.7, p. 1 – 16, set. – dez., 2013.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins; RODRIGUES, Sandra Maria. De Ana Maria à Severina: o patrimônio cultural afetivo, as emoções e memórias em Ceilândia/DF. *SÆCULUM - Revista de História*, v. 27, n. 46, João Pessoa, p. 263-284, jan./jun. 2022.